



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
QUARTA CÂMARA CÍVEL

DECISÃO MONOCRÁTICA

Apelação Cível nº 0044168-56.2013.815.2001

Origem : 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital

Relator : Desembargador Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho

Apelante : Antônio Nery de Luna Freire

Advogados : Renata de Albuquerque Lacerda e outro

Apelado : Estado da Paraíba

Procurador : Alexandre Magnus F. Freire

APELAÇÃO. AÇÃO ORDINÁRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C COBRANÇA. IMPROCEDÊNCIA. INCONFORMISMO AUTORAL. SERVIDOR ESTADUAL INVESTIDO NA FUNÇÃO DE DEFENSOR PÚBLICO ANTES DA FORMULAÇÃO DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DE 1987. COMPROVAÇÃO. OPÇÃO PELA CARREIRA ANTERIOR. POSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO DO ART. 22, DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS. INEXISTÊNCIA. DIREITO ASSEGURADO. DANOS MATERIAIS. ACOLHIMENTO. DIFERENÇA ENTRE A REMUNERAÇÃO AUFERIDA PELO REQUERENTE E A PAGA A DEFENSOR PÚBLICO. MONTANTE A SER ARBITRADO EM SEDE DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. DANOS MORAIS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO

NÃO DESNATURA O DEVER DO APELANTE CONFIRMAR A EVIDENCIAÇÃO DO NEXO DE CAUSALIDADE. PRETENSÃO REPELIDA. REFORMA DA SENTENÇA. PROVIMENTO PARCIAL DO RECLAMO.

- A jurisprudência tanto do Supremo Tribunal Federal e da Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de que o servidor investido na função de Defensor Público até a data da instalação da Assembleia Nacional Constituinte pode optar pela carreira da Defensoria, independentemente da forma da investidura originária ou do prazo trabalhado.

- Apesar de o art. 37, § 6º, da Constituição Federal, atribuir ao Estado, a responsabilidade civil objetiva, compete ao ofendido o dever de comprovar o nexo de causalidade entre a conduta do agente público e o dano alegado, para fazer surgir a obrigação de pagar os danos morais.

- O art. 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, admite que o relator poderá dar provimento ao recurso desde que a decisão recorrida esteja em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.

Vistos.

Antônio Nery de Luna Freire ajuizou **Ação Ordinária de Obrigação de Fazer c/c Cobrança** contra a **Defensoria Pública do**

Estado da Paraíba, alegando que, no dia 1º de fevereiro de 1987, data da instalação da Assembleia Nacional Constituinte, exercia a atividade de Defensor Público, perdurando o exercício de seu mister até 23 de março de 1994, quando foi exonerado por perseguições políticas.

Combatendo essa exoneração, o ora promovente ingressou com a Ação Ordinária tombada sob o nº 075.2009.005.220-2, que, uma vez transitada em julgado, deu-lhe, não apenas o direito perseguido à reintegração, mas também, o restabelecimento de todos os direitos inerentes ao cargo, sendo lotado como Advogado na Secretaria do Estado da Administração, inclusive com a emissão de matrícula nº 80.215-8.

No ato da reintegração, requereu através do Procedimento Administrativo nº 2.834/2010, seu enquadramento como Defensor Público, no qual, inicialmente teve o aval da Consultoria Jurídica do Governador, mediante o Parecer CJG nº 272/2010, e, em sequência, pelo Conselho Superior da Defensoria Pública, até que, na formação do novo Conselho, obteve a denegação do pleito, estendendo-se esse trâmite desnecessariamente por mais de 03 anos.

Assim, não lhe restaria outra opção a não ser ajuizar esta demanda, para se deferir o enquadramento, cobrando-lhe danos materiais correspondentes à diferença salarial, entre o cargo que exerce atualmente e o de Defensor Público, tendo como marco a data do requerimento administrativo, com as respectivas correções, e danos morais, decorrentes dos fatos aqui ocorridos.

Comprova documentalmente seus argumentos às fls. 22/93.

Contestação, fls. 103/110, suscitando a prejudicial de prescrição quinquenal, para no mérito, refutar a afirmação exordial de ter o autor trabalhado como Defensor Público antes de 1988, como acentua o art. 22, do ADCT, da Constituição Federal, não havendo, portanto, que se falar ao pagamento de valores retroativos, tampouco de danos morais.

Impugnação, fls. 112/115.

Ao argumento de que o autor, na data da promulgação da Constituição do Estado da Paraíba, não contava com cinco anos no desempenho de assistente jurídico ou advogado, exigência do art. 24, § 1º, do ADCT da Constituição Estadual, a sentença julgou improcedente o pedido nestes termos:

Diante do exposto, **JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO** do autor, o que faço com base no art. 22 da ADCT da Constituição Federal c/c art. 24 da ADCT da Constituição do Estado da Paraíba.

Inconformado, o promovente interpôs **Apelação**, fls. 121/135, rememorando o contexto fático processual, discorrendo sobre as razões para reforma da sentença, prolatada com supedâneo em dispositivo inconstitucional, porquanto o limite estabelecido no art. 24, § 1º, do ADCT, da Constituição Estadual, afronta o art. 22, do ADCT da Constituição Federal. Acusa, de outra senda, o preenchimento aos reclamos deste último dispositivo, pois, na eclosão da Assembleia Constituinte já assumia o cargo de Defensor Público. Postula, à guisa de dano material, o recebimento da diferença salarial em reconhecer o direito de optar pelo cargo anterior. E, de outro turno, requer indenização por danos morais, devida à “via crucis” administrativa pela qual passou, para realização da escolha ao sobredito cargo de Defensor Público. Pugna, ao fim, pelo provimento do recurso.

Contrarrazões, fls. 147/153, repisando as exatas premissas da contestação, de não ter o apelante confirmado o desempenho da função de Defensor Público, antes de 1988; não se ter direito ao retroativo, sob pena de macular o art. 162, §1º, do Código de Processo Civil; incorrência de dano moral, pois ao decidir pela reintegração do recorrente, o fez em prazo razoável, desconstituindo qualquer ilação atinente à existência de ato ilegal.

A Procuradoria de Justiça, através da **Dra. Vanina**

Nóbrega de Freitas Dias Feitosa, fls. 159/161, não se manifestou no mérito.

É o RELATÓRIO.

DECIDO

O cerne da questão posta a desate cinge-se a saber se **Antônio Nery de Luna Freire** tem direito a ser reenquadrado no cargo de Defensor Público do Estado da Paraíba, com o pagamento de indenização por danos materiais e morais.

A resposta a tal questionamento perpassa pela análise de duas situações.

A primeira, é a regra do art. 22, do ADCT, da Constituição Federal, segundo o qual “é assegurado aos defensores públicos investidos na função até a data de instalação da Assembleia Nacional Constituinte o direito de opção pela carreira, com a observância das garantias e vedações previstas no art. 134, parágrafo único, da Constituição Federal”.

A remanescente, aplicada pela sentenciante, diz respeito ao art. 24, §1º, do ADCT da Constituição Estadual, cuja transcrição não se dispensa:

Art. 24. A Procuradoria de Assistência Judiciária passa a denominar-se Procuradoria-Geral da Defensoria Pública, englobando as atribuições da Advocacia de Ofício e da Defensoria Pública do Estado.

§1º É assegurado aos atuais Advogados de Ofício e aos Defensores Públicos, investidos na função na data da promulgação desta Constituição, e aos

Assistentes Jurídicos atualmente em exercício na Procuradoria de Assistência Judiciária desde que contem mais de cinco anos no desempenho de suas funções, o direito de opção pela carreira, com a observância das garantias e vedações previstas no artigo 134, parágrafo único da Constituição Federal e da Legislação Complementar, respeitados os direitos adquiridos e os princípios da precedência e da hierarquia funcional.

Frente a sobreposição do preceptivo constitucional federal, não há como se manter o entendimento proferido pela magistrada, ao estabelecer o limite temporal de cinco anos, com base no texto da Constituição Estadual da Paraíba, extirpando o direito do apelante a ser reenquadrado no cargo almejado, a saber, Defensor Público.

Destarte, a reforma da decisão nesse tópico é medida que se impõe, senão vejamos.

Com efeito, o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal sedimentaram posicionamento diverso do adotado no provimento combatido, este último enfrentando a questão, inclusive, mediante Ação Direta de Inconstitucionalidade.

Nessa temática, ao proferir o julgamento da ADI nº 1199-ES, a Corte Suprema, guardiã da Constituição Federal, pontuou que “esse dispositivo constitucional (art. 22 do ADCT) previa norma excepcional de transição, destinada, ao que parece, a garantir recursos humanos para o funcionamento das defensorias públicas em sua conformação determinada no artigo 134 da Constituição”.

Logo, mostrou-se evidenciado que o predito art. 22, considerado norma de transição, teve o desiderato de garantir o funcionamento das

Defensorias Públicas, em consonância com o novo regime constitucional, que, à luz, do art. 134, sacramentava a Defensoria Pública como “instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV”, além de promover segurança jurídica aos então servidores lotados no aludido órgão. Não podendo a nossa Constituição Estadual restringir a finalidade do dispositivo constitucional federal.

Em diapasão diverso, também merece registro que o dispositivo do Ato de Disposição Constitucionais Transitórias da Constituição Federal fala em “*defensores públicos investidos na função até a data da instalação da Assembleia Nacional Constituinte*”, ou seja, é necessária a investidura na função e, além disso, que já tivesse ocorrido até a data da instalação da Assembleia Nacional Constituinte, requisitos esses cabalmente comprovados pelo recorrente, conforme se colhe da farta documentação acostada às fls. 22/93.

Nesse viés, apesar de o diploma como bacharel datar de 20 de dezembro de 1986, mostra-se extreme de dúvida que o apelante, em 1º de fevereiro de 1987, termo *ad quem* da instalação da Assembleia Constituinte, labutava nos quadros da Administração Pública estadual desde 1º de junho de 1982, fls. 22 e 25, e como Defensor Público, nos anos de 1986 e 1987, consoante declarações, de fls. 39/42.

Nessa ordem de ideias, não interessa ao caso a forma provimento ou o interregno trabalhado, como profere o seguinte precedente do Supremo Tribunal Federal:

DIREITO CONSTITUCIONAL E
ADMINISTRATIVO. SERVIDOR ESTADUAL
INVESTIDO NA FUNÇÃO DE DEFENSOR
PÚBLICO. OPÇÃO PELA CARREIRA.
POSSIBILIDADE. PRECEDENTES.
INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO [ART. 22 DO
ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS](#)

TRANSITÓRIAS. ACÓRDÃO RECORRIDO PUBLICADO E M 11.3.2010. A jurisprudência desta corte firmou-se no sentido de que o servidor investido na função de defensor público até a data da instalação da assembleia nacional constituinte pode optar pela carreira da defensoria, independentemente da forma da investidura originária. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF; AI-AgR 830.940; PE; Primeira Turma; Rel^a Min^a Rosa Weber; Julg. 18/06/2013; DJE 01/08/2013; Pág. 109).

Válido trazer a lume, outrossim, julgamentos proferidos por esta Corte de Justiça, no mesmo raciocínio do aqui imprimido:

MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. Exercício de função típica de defensor público quando da instalação da assembleia nacional constituinte. Art. 22 do ADCT. Direito de opção pela carreira. Preliminar de ilegitimidade passiva arguida pela secretária estadual da administração. Acolhimento. Preliminares suscitadas pelo defensor público-geral do Estado da Paraíba. Alegação de ausência de prova pré-constituída, direito líquido e certo e decadência. Rejeição. Prejudicial de prescrição. Inocorrência. Rejeição. Mérito. Comprovação do exercício da função de defensor público. Direito de opção configurado. Concessão da segurança. “mandado de segurança. Servidor público investido na função de defensor público, quando da instalação da assembleia nacional constituinte. Direito a opção pela carreira. Preliminar de ausência de prova pré-constituída.

Rejeição. Inconstitucionalidade incidental do § 1º do art. 88 da LC 39/2002. Declaração. Indevida restrição ao [art. 22, do adct.](#) Prefacial de decadência prejudicada. Alegação de prescrição quinquenal repelida. Inaplicabilidade do Decreto nº 20.910/32. Comprovação do exercício do cargo de advogado do estado em prol dos necessitados desde 1982. Requisitos legais preenchidos. Concessão da ordem. "(TJPB. Ms 999.2010.000780-9/001. Rel. Des. Manoel Soares Monteiro). "Constitucional. Defensor público. Direito de opção. Concurso: dispensa. C. F. /88, ADCT, [art. 22](#). I. Defensores públicos investidos na função na data da instalação da assembleia nacional constituinte: direito de opção pela carreira, independentemente da prestação de concurso. Inteligência do disposto no [art. 22 do ADCT](#) à CF/88. II. Precedente do STF: re 161.712-ED/RS. III. Agravo não provido." (ai 407683 AGR, relator(a): Min. Carlos Velloso, segunda turma, julgado em 31/05/2005, DJ 01-07-2005). (TJPB; MS 999.2012.001095-7/001; Primeira Câmara Especializada Cível; Relª Juíza Conv. Vanda Elizabeth Marinho Barbosa; DJPB 18/03/2013; Pág. 9)

E, com mais riqueza de detalhes:

PREJUDICIAL DE MÉRITO. DECADÊNCIA. TRANSCURSO DO PRAZO DO ART. 88, § 1º, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N. 39/2002. IMPOSSIBILIDADE DE NORMA INFRACONSTITUCIONAL IMPOR CONDIÇÕES A DIREITO ASSEGURADO NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. DECLARAÇÃO INCIDENTAL DE

INCONSTITUCIONALIDADE PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA. NÃO INCIDÊNCIA DO LAPSO TEMPORAL DECADENCIAL. REJEIÇÃO DA QUESTÃO PRÉVIA. Conforme o posicionamento desta corte de justiça, não se pode impor prazos para o exercício de um direito consagrado em norma constitucional de eficácia plena, quando esta não limitou o interregno para que o titular da garantia a requeira. “quando a Constituição Federal não delimita prazo para o exercício de direito, como o fez expressamente no ADCT, a exemplo dos artigos 1º, 2º, 3º, 6º, 11 etc, não pode legislação estadual limitá-lo. Logo, ressoa indiscutível a inconstitucionalidade do § 1º do art. 88 da LC 39/2002 que, ao tratar do enquadramento na carreira de defensor público, descrito no art. 22 do ADCT, estipulou prazo para o exercício de tal opção, sob pena de decadência. Pelo mesmo fundamento, qual seja, a impossibilidade de delimitar o exercício de direito constitucionalmente assegurado, quando a Carta Magna silencia a seu respeito, é de ser repelida a arguição de prescrição quinquenal.” (TJPB. MS nº 999.2010.000.780-9/001. Tribunal pleno. Rel. Des. Manoel Soares Monteiro. J. Em 06/07/2011). No mandado de segurança nº 999.2010.000.780-9, de maneira incidental, o pleno do tribunal de justiça da Paraíba declarou a inconstitucionalidade do art. 88, § 1º, da Lei complementar estadual n. 39/2002, o qual impõe prazo de noventa dias para o servidor público exercer o direito a que se reporta o art. 22 do ato de disposições constitucionais transitórias. Mandado de segurança. Servidor estadual. Pedido de reenquadramento no cargo de defensor público. Art.

22 do ato de disposições constitucionais transitórias. Exercício da advocacia pública antes da data de instalação da assembleia nacional constituinte. Requisito temporal imprescindível. Condição *sine qua non*. Não preenchimento. Ausência de direito líquido e certo. Precedentes do pretório Excelso e do Superior Tribunal de justiça. Denegação da ordem mandamental. É condição *sine qua non* que o servidor esteja investido nas funções inerentes ao cargo de defensor público até a data de instalação da assembleia nacional constituinte, que ocorreu em 01/02/1987, para que possa exercer o direito de opção pela referida carreira. “art. 22. É assegurado aos defensores públicos investidos na função até a data de instalação da assembleia nacional constituinte o direito de opção pela carreira, com a observância das garantias e vedações previstas no art. 134, parágrafo único, da constituição. ” (art. 22 do ADCT). “nos termos do art. 22 do ADCT da cr/88, o direito de opção pelo cargo de defensor público é assegurado aos defensores investidos na função, até a data da instalação da assembleia nacional constituinte. ” (STJ. RMS 19870 / CE. Rel. Min. Paulo medina. J. Em 23/08/2005). O requisito temporal previsto no art. 22 do ato de disposições constitucionais transitórias é tão claro e imprescindível, que o próprio Supremo Tribunal Federal vem agindo com rigor na sua interpretação e cumprimento, ao declarar inconstitucional dispositivos legais, e até mesmo de constituições estaduais, que fixam prazo diverso do previsto no ADCT. “de igual forma ultrapassa as balizas definidoras da opção para a carreira da defensoria pública, ‘de caráter excepcional’, a norma de Lei

complementar estadual, que a pretexto de disciplinar dispositivo constitucional transitório do estado-membro, fixa como termo inicial para efeitos da titularidade da investidura derivada a data da promulgação da Constituição Estadual e não aquela decorrente do artigo 22 do ato das disposições constitucionais transitórias da Constituição Federal de 1988, ou seja, até a da data da instalação da assembleia nacional constituinte.” (STF. Adi 1267 MC/AP. Amapá. Rel. Min. Maurício Corrêa. J. Em 24/08/1995). “não demonstrado que o servidor público ocupante do cargo de assistente jurídico, à época da instalação da assembleia nacional constituinte de 1987, exercia, efetivamente, as funções do cargo de defensor público, não lhe assiste o direito de optar pela carreira.”(TJRO. AC nº 0095528-60.2009.8.22.0001. Rel. Des. Gilberto Barbosa. J. Em 09/10/2012). (TJPB; MS 999.2013.000480-0/001; Primeira Seção Especializada Cível; Rel. Des. José Ricardo Porto; DJPB 16/07/2013; Pág. 9).

Definido o direito ao reenquadramento, passemos a analisar a pretensão referente aos danos de ordem material e moral, respectivamente.

A propósito da cobrança das diferenças salariais entre o salário de Defensor Público e o percebido pelo recorrente, desde a data do requerimento realizado em 2010, sob a rubrica de dano material, a ser apurada em sede de cumprimento de sentença, assiste razão ao insurgente.

Desse modo, ficou atestado que, por intermédio da ação judicial nº 075.2009.005.220-2, o recorrente teve direito a ser reintegrado ao Estado da Paraíba, ulteriormente lotado na Secretaria de Administração, matrícula nº 80.218-8, e, com o direito ao reenquadramento, postula a diferença salarial.

Com a reintegração, de fato, nasce para o irresignado, a garantia de ver ressarcido os danos materiais, tendo sua súplica respaldo no art. 402, Código Civil, haja vista que, “As perdas e danos devidas ao credor abrangem, além do que efetivamente perdeu, o que razoavelmente deixou de ganhar”.

Sobre tema, oportuno transcrever o magistério de **Caio Mário da Silva Pereira**:

As perdas e danos não poderão ser arbitrários. Não pode o credor receber, a esse título, qualquer lucro hipotético. Somente lhe cabe, com fundamento na reparação, receber, como benefício de que o dano o privou, aquilo que efetivamente decorreu do fato imputável, e os lucros cessantes por efeito direto e imediato do descumprimento da obrigação. (In. **Instituições de Direito Civil**, vol. II, 15ª ed., Forense, p. 238).

O valor dessa condenação será arbitrada em liquidação, com a correspondente correção, ficando, desde já, configurado o direito de receber os danos materiais perseguidos, até mesmo em atendimento ao art. 884, *caput*, da mesma diplomação, ao consignar “Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários”.

Entrementes, não merece acolhimento a pretensão de receber danos morais, devidos, na ótica do vindicante, pelos obstáculos pelos quais passou até o advento da opção ao cargo de Defensor Público.

Sem guarida, contudo.

Em regra, versando a demanda sobre responsabilidade, a obrigação do Estado da Paraíba sujeitar-se-ia ao previsto no art. 37, § 6º, da Constituição Federal:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

§ 6º - **As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros**, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa – negritei.

Diante de tal ordenamento, a regra é a responsabilidade objetiva, cujo corolário é a teoria do risco administrativo, a qual preleciona que o Poder Público, independentemente de culpa, está obrigado a reparar o dano por ele causado a outrem por meio de uma ação praticada por seus agentes. Nessa hipótese, caberá ao lesionado comprovar, a ocorrência do prejuízo e o nexo causal existente entre a conduta estatal e o dano, para surgir o direito à indenização.

Na espécie, o apelante não colacionou prova hábil a corroborar o nexo causal entre a ação estatal e a ofensa extrapatrimonial que alega ter sofrido, restando intuitivo que os percalços pelos quais passou para ver seu direito ao reenquadramento reconhecido, fazem parte do embate judicial e da busca à proteção de seu interesse, não se violando, como exige o art. 5º, X, da Constituição Federal, a vida privada, honra ou imagem.

Com essas considerações, acolho parcialmente a tese recursal, excluindo, no entanto, a condenação em danos morais, pois não preenchidos adequadamente os seus elementos indicadores, máxime o nexo de causalidade.

Por fim, nos ditames da processualística civil, o presente inconformismo comporta julgamento monocrático, nas premissas do art. 557, § 1º-A, conquanto a decisão recorrida encontra-se em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior. Sem olvidar para o disposto no art. 481, notadamente no parágrafo único, segundo o qual se prescinde da remessa a órgão fracionário ou plenário, quando existente pronunciamento pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal ou pelo respectivo Sodalício estadual, nestes termos:

Art. 481. Se a alegação for rejeitada, prosseguirá o julgamento; se for acolhida, será lavrado o acórdão, a fim de ser submetida a questão ao tribunal pleno.

Parágrafo único. Os órgãos fracionários dos tribunais não submeterão ao plenário, ou ao órgão especial, a argüição de inconstitucionalidade, quando já houver pronunciamento destes ou do plenário do Supremo Tribunal Federal sobre a questão.

Essa alteração no desfecho da lide em epígrafe, acarretou, inexoravelmente, a inversão dos ônus sucumbenciais, passando o Estado da Paraíba à condição de devedor dos honorários advocatícios, os quais serão fixados com base no art. 11, § 1º, da Lei nº 1060/1950, malgrado se tratar o devedor de Fazenda Pública, pelo fato de ter-se quantia a apurar “na execução da sentença”, bem como à isonomia a pautar o trato com as partes.

Ante o exposto, **DOU PROVIMENTO PARCIAL AO APELO**, para conceder a **Antônio Nery de Luna Freire** o direito ao

reenquadramento no cargo de Defensor Público, porquanto restou comprovado que exercia a respectiva lotação, preenchendo a exigência prevista no art. 22, do ADCT, da Carta Federal, pois na data da constituição da Assembleia Constituinte em 1987, encontrava-se investido no predito cargo. Em decorrência do seu direito ao reenquadramento, condena-se o **Estado da Paraíba** a pagar os danos materiais correspondentes a diferença da remuneração entre o cargo que ora labora e o de Defensor Público, desde o requerimento administrativo, respeitando-se o período não prescrito, em observância, sobretudo, ao princípio que veda o enriquecimento ilícito.

P. I.

João Pessoa, 05 de novembro de 2014.

Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho
Desembargador
Relator